

Organização

CITCEM/FLUP

Comissão Científica

Comissão Executiva do CITCEM

Comissão organizadora

Carla Sequeira

Joana Lencart

Contactos

CITCEM/FLUP

Tlf: 226 077 177

E-mail: oic.citcem@gmail.com

citcem@letras.up.pt

As *Oficinas de Investigação* do CITCEM têm como principal objectivo o debate, alargado e transdisciplinar, de problemáticas de investigação, no sentido de cruzar questões teóricas e metodológicas e resultados de pesquisa.

As *Oficinas de Investigação* do CITCEM constituem, por isso, um espaço de divulgação e discussão regular de projectos de investigação individuais (teses de mestrado ou doutoramento, projectos de pós-doc, etc.) ou colectivos, dos investigadores e colaboradores do CITCEM, podendo associar investigadores de outros centros ou universidades nacionais e/ou estrangeiras.

Entrada Livre

oiccitcem.wixsite.com/oficinascitcem

OFICINAS DE INVESTIGAÇÃO CITCEM 21/22

SESSÃO 10

[21.01.22 • 14h30]

Proponentes da sessão:

Joana Lencart

Maria João Oliveira e Silva

«A organização do património escrito em instituições religiosas da época medieval à contemporânea»

LOCAL: Sala de Reuniões 1 [Piso 2]

PROGRAMA

14h30 *Práticas de conservação de documentos na Sé de Braga (séculos XIII-XV)* | Maria Cristina Cunha

14h50 *A reconstrução do cartório medieval do cabido da Sé do Porto: problemáticas e desafios* | Maria João Oliveira e Silva

15h10 *Os cartórios medievais das Ordens Religioso-Militares através dos inventários documentais elaborados aquando do processo desamortização em torno de 1834* | Paula Pinto Costa

15h30 *As Ordens Militares na coleção Gavetas da Torre do Tombo: a visão régia na organização da documentação* | Joana Lencart

15h50 Debate

16h30 Encerramento

NOTAS BIOGRÁFICAS E RESUMOS

MARIA CRISTINA CUNHA. Doutorada em História Medieval, na FLUP (1999) e agregada na mesma Faculdade (2007), é Professora Associada com Agregação da FLUP. Investigadora integrada da Unidade I&D CITCEM, colaboradora do CEHR, vice Presidente da Comissão Internacional de Diplomatie, Académica da Academia Portuguesa da História e Sócia da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais (SPEM). Coordenadora Científica do CITCEM entre novembro 2011 e maio 2017, e responsável pelo Projecto Estratégico (financiado pelo Programa COMPETE) de 2013 a Maio de 2017. Atividade científica no âmbito da Diplomática Medieval e da História da Igreja em Portugal. Atividade pedagógica centrada em Paleografia e de Diplomática e História Medieval de Portugal. Orienta dissertações e teses e participa, como investigadora, em vários projetos.

Práticas de conservação de documentos na Sé de Braga (séculos XIII-XV)

O estudo da conservação e preservação de documentos efetuado até ao momento refere-se a dois tipos de questões: a destruição dos manuscritos, e os lugares destinados à sua conservação. De facto, as abordagens até agora efetuadas permitem-nos falar de incontáveis agentes de destruição dos pergaminhos medievais: os próprios homens, que os rasgam, riscam, “lavam”, e utilizam para fazer encadernações. Depois, a própria natureza que provocou danos irreparáveis: inundações, sismos, para já não falar dos fungos e bactérias, insetos e outras pragas como ratos... Também

acontecimentos fortuitos ocorridos nas diversas instituições, como incêndios, frequentemente afetavam também os seus arquivos. No que aos lugares onde os manuscritos se conservavam, sabe-se que, existiam, de acordo com o vocabulário que surge na documentação coeva, diversos tipos de móveis e recetáculos. O nosso objetivo é perceber qual era a praxis seguida na sé de Braga na Idade Média relativamente a estes e outros aspetos relacionados com a conservação de documentos.

MARIA JOÃO OLIVEIRA E SILVA. Doutora em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É investigadora contratada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e desenvolve a sua investigação no Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM-UP). É também investigadora colaboradora do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR-UCP). Dedicar-se, em especial, a estudos nas áreas da História da Igreja, da Paleografia e da Diplomática Medieval e Moderna e à publicação de fontes históricas.

A reconstrução do cartório medieval do cabido da Sé do Porto: problemáticas e desafios

A preservação da documentação do cabido da Sé do Porto foi uma das preocupações dos homens encarregados do governo da canónica desde a Idade Média. Nesta comunicação pretende-se, em primeiro lugar, refletir sobre quem, onde e como se fez essa preservação ao longo do tempo, e, num segundo momento, saber que documentação medieval é que se conservou até aos dias de hoje. Esta reflexão conjunta e diacrónica é fundamental para o estudo da própria instituição, uma vez que analisa a evolução dos comportamentos face aos acervos a preservar e as diferentes práticas arquivísticas utilizadas ao longo dos vários séculos.

PAULA PINTO COSTA é doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), onde é professora do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais (DHEPI). É investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, Espaço e Memória’ (CITCEM). Tem desenvolvido investigação na área da história medieval, com especial incidência na história das ordens religioso-militares, desde os séculos XI ao XVI, no âmbito da sua origem na Terra Santa e inserção em contextos portugueses e europeus. Ao nível da produção científica tem integrado projetos de investigação nacionais e internacionais, orientado diversas teses e dissertações, colaborado na edição de algumas revistas e publicado mais de uma centena de trabalhos.

Os cartórios medievais das Ordens Religioso-Militares através dos inventários documentais elaborados aquando do processo desamortização em torno de 1834

Os cartórios das ordens religioso-militares foram sendo constituídos e reorganizados desde os primórdios da sua história, dentro e fora do território português, circunstância que condiciona profundamente a investigação e a produção historiográfica. Entre os momentos mais determinantes a este nível, encontra-se a desamortização dos bens das instituições religiosas conseguida por um conjunto legislativo publicado em torno de 1834. Pela sua relevância, focamo-nos nos inventários documentais elaborados aquando deste processo para analisarmos a configuração que os cartórios medievais das ordens religioso-militares teriam nessa altura. Este tipo de exercício, assente na transversalidade cronológica, é crucial para aferirmos o impacto das sucessivas alterações na organização dos documentos no plano da interpretação histórica.

JOANA LENCART. Investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, Espaço e Memória’ (CITCEM – Universidade do Porto). Doutoramento em História, pela FLUP (2018) com a tese intitulada Pedro Álvares Seco: a retroprojeção da memória da Ordem de Cristo no século XVI. Publicação de livros e artigos científicos em revistas nacionais e internacionais e colaboradora em projetos de investigação nacionais e internacionais. Áreas de investigação: História medieval; Ordens Religioso-Militares (Ordem do Templo e Ordem de Cristo); cartulários. Atualmente desenvolve um projeto orientado para a organização do património escrito da coleção Gavetas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (CEECIND/03863/2018).

As Ordens Militares na coleção Gavetas da Torre do Tombo: a visão régia na organização da documentação

O arquivo nacional da Torre do Tombo é o maior arquivo português. O seu espólio, inicialmente depositado numa das torres do castelo de Lisboa, foi sendo dilatado ao longo dos séculos, não obstante os incidentes históricos e naturais que cercaram o seu património e que ditaram a sua transferência entre edifícios da cidade. Uma das mais amplas coleções do arquivo nacional diz respeito à coleção Gavetas, composta por milhares de documentos, datados desde o século XII até à atualidade. Esta apresentação insere-se no âmbito do projeto A história do fundo Gavetas da Torre do Tombo e o seu impacto na memória régia e no património escrito (CEECIND/03863/2018) e pretende dar a conhecer, por um lado, a documentação relativa às Ordens Militares e a sua organização na referida coleção e, por outro, de que forma a intervenção régia ditou, ou não, essa mesma organização.